

Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil *

Armando Boito Jr.

Os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso chegaram ao poder, no Brasil, pelo voto popular. É certo que nessas duas eleições o poder do dinheiro e da mídia foram muito importantes. A despeito disso, consideramos que seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No nosso entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo – mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral – de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais.

Falamos de hegemonia no sentido gramsciano: a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em “cimento” de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado e das empresas públicas, como o espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios, são idéias que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum”, difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares. O neoliberalismo reativa e faz uso novo, isto é, numa situação histórica nova marcada pelo capitalismo monopolista e pela expansão dos direitos sociais, de figuras fundamentais da velha ideologia econômica burguesa (as virtudes da empresa privada e do mercado), produzidas no capitalismo concorrencial do século XIX, figuras que nunca deixaram de questionar a legitimidade das reformas do capitalismo no século XX¹. Numa palavra, trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais.

As propostas políticas que dão corpo a tais idéias também ganharam importantes setores populares. O tripé da plataforma política neoliberal, composto pelo aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista, pela privatização de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho obteve aceitação junto a grande parte da população. O Brasil não chegou a constituir um Estado de bem-estar, no sentido europeu do termo. Apesar disso, os direitos sociais restritos, excludentes e precarizados que ainda existem são um alvo importante da ofensiva neoliberal. O objetivo é abrir novas áreas de acumulação para o capital privado (previdência, educação, saúde, transporte, etc), reduzir os investimentos em política social – “muito custosa e ineficiente” – e diminuir os impostos que incidem sobre as empresas – a palavra de ordem hoje é eliminar o denominado “custo Brasil”.

Talvez desde o período populista não víamos, no Brasil, uma ideologia política converter-se, com tanta eficácia, em instrumento de unificação do bloco no poder e, ao mesmo tempo, em instrumento de legitimação dos interesses particulares das classes e frações que integram esse bloco no poder junto às classes populares. A diferença que deve ser apontada é que o populismo do período de 1930-1964 era uma ideologia política (superficialmente) reformista, enquanto o neoliberalismo é uma ideologia política (profundamente) reacionária. Na verdade, em grande medida, a política neoliberal representa uma reação contra a herança da política de desenvolvimento iniciada pelo Estado populista: reação contra o Estado protecionista, empresário e regulamentador, e

* Artigo publicado na revista *Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

¹ Um pequeno e coeso grupo de liberais ortodoxos, reunidos na Sociedade Mont Pèlerin, manteve-se como guardião dessas idéias durante a “era keynesiana”, quando o liberalismo econômico clássico esteve política e ideologicamente isolado e aparentemente morto. Perry Anderson: “Além do neoliberalismo”. In Emir Sader e Pablo Gentilli (orgs): *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 9-10.

reação, também, contra os direitos sociais e trabalhistas que foram implantados após a Revolução de 1930.

Essa diferença enseja uma reflexão. Talvez convenha reservar o qualificativo *progressiva* para a hegemonia populista, na medida em que implicava sacrifícios de interesses imediatos e corporativos das classes dominantes em proveito das classes populares. Tal hegemonia dispunha, portanto, de uma base econômica para assegurar a adesão ativa de setores populares urbanos à ideologia e à política do bloco no poder do período populista. A hegemonia populista adequava-se, em vista disso, com mais propriedade ao conceito gramsciano de hegemonia – direção ideológica assentada em concessões econômicas das classes hegemônicas aos setores subalternos. Já a hegemonia neoliberal, que ainda se encontra em processo de constituição no Brasil dos anos 90, pode ser qualificada de *regressiva*, na medida em que implica, numa inversão que tem intrigado a intelectualidade crítica, sacrifícios das classes populares em proveito das classes e frações que integram o bloco no poder. Ou seja, a adesão ou a passividade de setores populares diante do neoliberalismo não se assenta em reformas e concessões reais do bloco no poder às classes e setores subalternizados; convive, isto sim, com a restrição, ou eliminação, de direitos sociais obtidos na situação anterior. Talvez se possa conjecturar, em vista disso, que tal adesão venha se revelar mais superficial e precária do que a adesão dos trabalhadores urbanos ao populismo do período 1930-1964.

O peleguismo aderiu ao neoliberalismo

O sindicalismo brasileiro não ficou alheio ao processo de constituição dessa nova hegemonia. O movimento sindical organiza uma parte, não muito numerosa mas importante, dos trabalhadores assalariados regularmente empregados, isto é, dos trabalhadores que têm “carteira assinada”. As pesquisas de intenção de voto realizadas por ocasião das eleições presidenciais de 1989 e de 1994 parecem indicar, principalmente para o caso da candidatura de Collor de Melo, que a plataforma neoliberal produziu impacto mais amplo junto aos trabalhadores não sindicalizados. Contudo, o movimento sindical, como parte do movimento popular, também sofreu o impacto da ascensão político-ideológica do neoliberalismo no Brasil. Esse impacto ocorreu, de maneiras distintas, tanto no campo pelego como no campo combativo do sindicalismo brasileiro.

O movimento sindical brasileiro está, de um modo bastante geral, dividido em dois grandes campos – divisão cuja origem data dos anos 30 e que precede, portanto, a atual ofensiva neoliberal.

De um lado, há o campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada. Os pelegos são esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, mas têm como hábitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos.

De outro lado, temos o campo politicamente bastante heterogêneo das correntes sindicais reformistas e revolucionárias, cuja unidade provém, fundamental e minimamente, da orientação combativa que implementam no plano da ação reivindicativa. Dependendo do período considerado, as correntes integrantes e as correntes dirigentes desse campo variam. Estão ou estiveram nele os comunistas, os nacionalistas, os socialistas e, mais recentemente, os cristãos de esquerda e os petistas. O sindicalismo combativo é, em termos numérico, minoritário, mas é hegemônico nos sindicatos mais importantes do país.

Parte do impacto do neoliberalismo no sindicalismo brasileiro tem sido destacada por dirigentes sindicais combativos e por estudiosos. Em 1991, um ano após a posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República, um setor da direita sindical brasileira, aquele que integrava a

corrente sindical autodenominada “sindicalismo de resultados”, reuniu-se para criar uma nova central sindical, a Força Sindical, cujo discurso, programa escrito e ação prática assumem a defesa aberta das principais idéias e de boa parte das propostas políticas neoliberais. A Força Sindical aderiu ao neoliberalismo, ou melhor, foi criada para tanto. Contudo, para não se atribuir a essa adesão um significado maior do que ela possui, é necessário frisar que vemos aí mais um sintoma do peleguismo, isto é, do governismo da Força Sindical, do que o resultado de uma opção doutrinária consistente e enraizada em bases sociais organizadas dessa central. *A Força Sindical é uma central pelega*. O que a distingue do velho peleguismo varguista é que se trata de um peleguismo a serviço de governos neoliberais reacionários, e não de governos populistas, e numa época em que o movimento sindical brasileiro é mais forte. Por essa razão talvez convenha falar em neopeleguismo.

A Força sindical foi criada congregando uma massa de “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de quinhentos associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas cidades do interior e cuja maioria de dirigentes jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical em 1991, de qualquer congresso sindical². A despeito de seu programa escrito, que é coerentemente neoliberal, a grande maioria dos dirigentes de sindicatos filiados à Força Sindical não tem compromisso doutrinário conseqüente com o neoliberalismo. O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais³. Eles são, ou melhor, eles estão neoliberais porque o governo é neoliberal.

Os autores que atribuíram uma opção doutrinária neoliberal à Força Sindical se deixaram levar, no mais das vezes, pelo discurso de suas lideranças e, particularmente, pelo discurso de Luís Antonio de Medeiros⁴. Contudo, é necessário lembrar que a carreira política e eleitoral de Medeiros sempre se pautou desde que deixou o Partido Comunista Brasileiro, pelo antiesquerdismo, pelo governismo e, nos momentos eleitorais, pela procura, típica dos governistas, da candidatura que tivesse mais chance de vitória. Foi assim com Fernando Collor de Melo, cuja candidatura ele só passou a apoiar abertamente nas vésperas do pleito, quando considerou consolidada a liderança de Collor nas pesquisas de intenção de votos. Ou seja, na primeira e mais importante batalha eleitoral do neoliberalismo brasileiro, a candidatura Collor em 1989, Medeiros ficou, o que seria muito estranho para um sindicalista neoliberal, em cima do muro até as vésperas da eleição⁵.

O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo, mas isso se deu em decorrência da constituição de governos neoliberais. Esse fato, a despeito de não configurar a constituição de uma corrente sindical enraizada nas massas e consistentemente neoliberal, contribui, contudo, para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores. Na medida em que o neopeleguismo é produto da estrutura sindical corporativa de Estado, que, embora reformada pela Constituição de 1988, permanece em pé, podemos afirmar que *essa estrutura sindical, herdada do período populista, é, hoje, um dos recursos de que dispõe o neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil*. Enquanto boa parte da esquerda sindical permanece, desde o governo Collor, em estado de alerta diante da *possibilidade* de um governo neoliberal tentar implantar o sindicalismo por empresa, a velha estrutura sindical corporativa de Estado, que é uma *realidade* já

² Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso: *Força Sindical: uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, pp. 40-47 e 79-81.

³ Foi o que constataram, através da aplicação de questionários aos delegados do congresso de fundação da Força sindical, Leôncio Martins Rodrigues e Adalberto Moreira Cardoso. Cf. *Força Sindical: uma análise sócio-política*, op. cit. pp. 142-150. Uso, ao meu modo, os dados e as idéias de Rodrigues e Cardoso. Esses autores não concluem que a Força Sindical é pelega, noção que, de resto, não aparece no referido trabalho.

⁴ Ozeas Duarte de Oliveira foi quem primeiro caracterizou a corrente sindical de Medeiros, na época organizada em torno do “sindicalismo de resultados”, como um novo tipo de direita sindical, de orientação neoliberal, distinta da direita sindical do velho peleguismo. Ozeas Duarte de Oliveira – *Os mercadores de ilusões: análise crítica do “sindicalismo de resultados”*, São Paulo, Brasil Debates, 1988, Ver pp.11 e 40-3

⁵ Vito Giannotti, *Medeiros de Visto Perto*. São Paulo, Brasil Urgente, 1994, pp. 152-4. Giannotti, contudo, entende que a Força sindical é uma central sindical neoliberal.

sexagenária e que a esquerda evita combater, vai contribuindo para a construção da hegemonia neoliberal do Brasil.

O neoliberalismo é antiestatista apenas no que lhe convém: os críticos da intervenção estatal nas relações de trabalho têm na estatização do sindicalismo sua principal via de acesso ao movimento sindical. Apesar do discurso contra o intervencionismo em geral, sabe, na prática, diferenciar, muito bem, a intervenção do Estado que limita a exploração capitalista, isto é, os direitos sociais que criticam e combatem, da intervenção do Estado que limita e tutela a organização dos trabalhadores, isto é, a estrutura sindical corporativa que aceitam e defendem⁶.

A estratégia da CUT antes da ofensiva neoliberal

Na década de 1980, o essencial do campo sindical combativo já estava organizado na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os sindicalistas do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Brasileiro, que depois se transformou em Partido Popular Socialista, ingressaram na CUT apenas no seu V Congresso, em 1991, mas já vinham se aproximando dessa central desde que os pelegos Luis Antonio de Medeiros e Antonio Rogério Magri haviam criado em 1987, a corrente auto denominada “sindicalismo de resultados”.

Nesse campo combativo representado pela CUT também se fez sentir o impacto do neoliberalismo. Refiro-me à mudança de concepção e de estratégia sindical da CUT, mudança que se consumou na mesma época em que foi criada a Força Sindical – o marco fundamental dessa mudança foi o IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo em Setembro de 1991. *É preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal.* Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e a estratégia atuais da concorrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros.

O bloco no poder que controlava a política do Estado brasileiro durante os anos 80 não sofreu alteração significativa com a substituição de um governo de ditadura militar por um governo civil – ele continuou dirigido pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e imperialistas e tendo como frações subordinadas os proprietários de terra e a média burguesia nacional. A política de desenvolvimento que refletia os interesses da força dirigente desse bloco no poder era uma política pró-imperialista, pró-monopolista e pró-latifundiária⁷.

Criada em 1983, a CUT agiu, até 1985, em oposição a um governo de ditadura militar, o governo do General Figueiredo, e de 1985 à 1990 em oposição a um governo civil, não eleito e tutelado pelos militares – o governo de José Sarney. Ambos careciam da legitimidade conferida pelo voto popular. Nenhum deles corporificava uma ideologia ou uma plataforma política que pudesse configurar uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira. Figueiredo apoiava-se no autoritarismo e na performance do *modelo econômico* numa conjuntura de ascenso político e ideológico da luta democrática e de recuo e recessão na atividade econômica. Sarney procurou apresentar-se como herdeiro e continuador da luta democrática, mas não fora eleito pelo sufrágio popular e a democracia, que sempre estivera, para as classes populares, ligada à luta pela

⁶ Perry Anderson pergunta, depois de constatar a capitulação da social-democracia frente ao neoliberalismo: “Seria o populismo – ou o obreirismo – latino-americano um obstáculo mais fácil ou mais difícil para a realização dos planos neoliberais do que a social-democracia reformista ou o comunismo?”, op. cit., p. 22. Vemos, aqui, que a estrutura sindical corporativa de Estado, construída pelo populismo, está funcionando, apesar do seu estatismo, como um instrumento a serviço do neoliberalismo no Brasil. Já a corrente populista brizolista, representada pelo PDT carioca e gaúcho, tem se oposto à política e à ideologia neoliberal, devido sua tradição nacional-reformista.

⁷ Sou obrigado, aqui, a apresentar minha posição sobre o bloco no poder e a natureza da política de desenvolvimento do Estado brasileiro, mesmo não dispondo de espaço para fundamentá-la.

distribuição da renda (a principal forma de luta popular contra a ditadura foi a luta sindical contra a política econômica da ditadura), chegava agora associada à crise econômica e à deterioração das condições de vida das classes populares. Ambos – mais o governo Figueiredo do que o governo Sarney – uniam contra si interesses de classes e de frações de classes bastante diferenciados. Tal situação política favorecia uma linha de ação sindical ofensiva e de confronto.

A CUT durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, a CUT foi gradativamente consolidando a partir de seu congresso de fundação em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em 1988, uma *plataforma de transformações econômicas e sociais* antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. De um congresso para o outro, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sobre controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou em seus congressos palavras de ordem tais como: boicote ao colégio eleitoral, que acabaria por eleger Tancredo Neves, e a luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986⁸.

Em segundo lugar, se é verdade que essa plataforma não foi levada, na sua inteireza, para ação prática, nem por isso deve-se supor que ela tenha permanecido como letra morta. A CUT organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou ao longo da década de 80 contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais. Essa plataforma e essa linha de ação apontavam para a unificação da luta sindical das classes trabalhadoras, unificação que teve nas greves gerais de protesto contra a política econômica do Estado sua forma de ação mais expressiva⁹.

É possível afirmar que essa estratégia sindical, que vinha sendo implantada pela CUT antes da ofensiva neoliberal da década de 80, era uma estratégia de oposição à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Baseava-se no entendimento de que a ação sindical não podia se esgotar na luta reivindicativa em defesa dos salários e das condições de trabalho dentro das condições econômicas e sociais estabelecidas pela política do bloco no poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no próprio bloco no poder que ocupava o Estado brasileiro, se se quisesse atender os interesses dos trabalhadores. Essa estratégia da CUT não logrou reverter a tendência à deterioração dos salários, que se observa, *grosso modo*, ao longo dos anos 80; contribuiu, porém, para unificar, política e ideologicamente, o campo democrático-popular: tal estratégia foi um fator importante para a acumulação de forças revelada, no plano eleitoral, pela força da candidatura da Frente Brasil Popular na eleição presidencial de 1989. (O candidato Lula da Silva quase se fez eleger Presidente da República e com base em um programa de reformas econômicas e sociais progressistas.)

⁸ As decisões dos sucessivos congressos da CUT são repertoriadas por Silvio Costa no livro *Tendências Centrais Sindicais – o movimento sindical brasileiro de 1978 à 1994*. Goiânia – São Paulo – Editoras Goiânia – Anita Garibaldi, 1995, pp. 87-185.

⁹ Ao todo foram quatro greves gerais nos anos 80. Todas foram realizadas em protesto contra a política de desenvolvimento, em resposta a alguma nova medida econômica antipopular, e todas elas agitaram a plataforma de transformações econômicas e sociais então defendidas pela CUT. A participação dos trabalhadores nessas greves foi crescendo ao longo da década. A primeira, a greve geral de julho de 1983, contou, segundo cálculos de Salvador Sandoval, com a participação de dois a três milhões de trabalhadores. A segunda greve geral, de dezembro de 1986, contou com a participação de cerca de dez milhões de grevistas, isto é, cinco vezes mais que o contingente da greve de 1983. A greve de agosto de 1987, terceira da série, manteve o mesmo nível de participação da greve geral de 1986. Finalmente, a quarta greve geral de protesto dos anos 80, realizada em março de 1989, deu um salto quantitativo, duplicando para 20 milhões o número de grevistas. Essa greve teve, ademais, a duração de dois dias, diferentemente das três anteriores que foram apenas de um dia. Salvador Sandoval, *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo, Ática, 1994, pp.190-198.

Essa estratégia sindical de oposição à política de desenvolvimento padecia, contudo, de limitações.

No plano dos objetivos programáticos, a componente anti-imperialista da plataforma cutista não chegava a eleger o capital imperialista que investia industrialmente no Brasil como alvo da luta popular. A CUT sequer retornou a palavra de ordem de controle da remessa de lucros ao exterior, que fora uma das bandeiras do populismo reformista brasileiro.

No plano da ação, a CUT não rompeu com a estrutura sindical corporativa de Estado. A luta salarial nos anos 80 continuou segmentada, de acordo com as categorias profissionais estabelecidas em lei, dentro do calendário de datas-base e voltada, fundamentalmente, para Justiça do Trabalho. Os sindicatos, todos eles partem da estrutura sindical oficial, permaneceram entidades burocratizadas que, usufruindo vantagens aparentes da estrutura sindical (a arrecadação de fundos assegurada pelas taxas sindicais obrigatórias por força da lei e representatividade outorgada pela unicidade sindical), seguiram dispensando o enraizamento junto às bases. A dependência frente ao Estado inibiu a iniciativa da direção cutista. O temor de que os fundos financeiros dos sindicatos, oriundos que eram do poder tributário delegado pelo Estado, fossem confiscados pela Justiça Eleitoral, impediu o engajamento aberto e conseqüente da CUT na eleição presidencial de 1989. O peleguismo, produto espontâneo dessa mesma estrutura sindical, pôde continuar minando a luta dos trabalhadores – a ação dos pelegos contra as greves gerais de protesto foi particularmente importante para a burguesia na década de 80. Ou seja, a permanência da estrutura sindical corporativa de Estado representou um grande obstáculo à implementação da estratégia de luta unificada de massas contra a política de desenvolvimento do Estado brasileiro.

1989 – 1991: uma nova conjuntura

As mudanças ocorridas na conjuntura do final dos anos 80 foram desfavoráveis, nos planos nacional e internacional, ao movimento popular. A análise da mudança de estratégia sindical da CUT nos anos 90 exige que se leve em consideração essa mudança na conjuntura.

A desintegração da União Soviética e do bloco de países sob sua hegemonia, em 1991, eliminou a divisão que marcou a política internacional ao longo da maior parte do século XX. O imperialismo norte-americano ficou mais livre para intervir na periferia do sistema. Os Estados e os movimentos revolucionários e reformistas na Ásia, África e América Latina perderam a possibilidade de avançar jogando com a rivalidade entre as duas superpotências. A grande maioria dos analistas considera o impacto ideológico negativo que o fim da união soviética teve sobre os movimentos operário e popular em escala internacional. Esse impacto foi real, mas não deve ser sobreestimado. O prestígio do capitalismo burocrático soviético já se encontrava bastante abalado desde os anos 60 – basta lembrar a difusão da crítica chinesa ao Estado e à economia soviéticos, a resistência tchecoslovaca, polonesa e afegã à hegemonia soviética, o surgimento do eurocomunismo e a proliferação de partidos e organizações da esquerda independente em quase todos os países do Terceiro Mundo. O fundamental foi que, com a crise e o declínio do capitalismo de Estado soviético, a margem de manobra para os movimentos populares e Estados da periferia estreitou-se muito.

No caso da CUT, ela pudera jogar, desde sua criação, com a rivalidade entre a Federação Sindical Mundial (FSM), ligada aos partidos comunistas e ao bloco soviético, e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ligada à social-democracia e ao imperialismo norte-americano. Obteve uma certa autonomia político-ideológica frente a essas duas confederações internacionais, sem deixar de contar com apoio político, organizativo e financeiro de ambas. A degradação do bloco soviético esvaziou a FSM. A CIOLS pôde, então, exigir a filiação da CUT. No IV Congresso da CUT foi aprovada, no essencial, a filiação à CIOLS. Tratava-se, agora, de uma situação na qual a margem de manobra política da CUT no cenário internacional tinha estreitado muito. A Articulação sindical encaminhou então a proposta de filiação à CIOLS, não só porque

vinha estreitando vínculos políticos e ideológicos com a social-democracia, mas, inclusive, para não perder o apoio financeiro que recebia dos social-democratas. E o fez num momento em que a social-democracia européia já aderira à política neoliberal. A social-democracia européia, que ainda nos anos 70 apoiara a Revolução Sandinista, desde a segunda metade dos anos 80 era governo na Europa mediterrânea e aplicava ali as diretrizes do neoliberalismo¹⁰.

Na política nacional, a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989, que levou a plataforma neoliberal ao poder e colocou a frente burguesa conservadora na ofensiva, não foi um acontecimento isolado. As eleições proporcionais e a composição do Congresso Nacional também reforçaram esse deslocamento para a direita neoliberal na cena política brasileira. O marco, no que tange ao Congresso Nacional, foram as eleições legislativas de novembro de 1990. O neodesenvolvimentismo do Plano Cruzado, e dos anos 80 em geral, entrou em declínio, e com ele o MDB. Inclusive esse partido, que viria a perder cadeiras no Congresso e importantes executivos estatais, como os de São Paulo e Minas Gerais, vai aderir, em boa medida ao neoliberalismo. Basta comparar a posição dos emedebistas na Constituinte em 1986 com a posição que assumiram na votação das reformas constitucionais, propostas pelo governo FHC em 1995. A reunificação dos partidos burgueses à direita diminuiu a margem de manobra do movimento sindical. A CUT, que pudera contar, no processo constituinte de 1986-88, com votos do MDB em muitas matérias, ficará, na votação das propostas de reformas constitucionais neoliberais de FHC em 1995 – propostas que revogavam o estabelecido pela Constituição de 1988 – restrita ao apoio dos pequenos e médios partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, e PC do B. Não obteve aliados em nenhum partido burguês.

Entre 1987 e 1993, o Congresso Nacional apresentou um crescimento regular e acentuado dos partidos de direita (PFL, PTB, PDS, PDC, PL, PRN e PP) e, em contrapartida, uma redução regular e acentuada no centro (PMDB, PSDB). Quanto à esquerda (PT, PDT, PCB, PC do B, PSB, PSTU), cresceu pouco e de modo irregular. Acrescente-se à acentuada redução numérica do centro a sua conversão ao neoliberalismo – o PSDB afirmou-se, nos anos 90, como a vanguarda do neoliberalismo no Brasil, e o PMDB, como já dissemos, aderiu, na sua maioria, a essa política¹¹.

O governo Collor, uma vez empossado, implantou uma política econômica recessiva. Em 1989, a economia crescera 3,3%. Collor assumiu o governo em 1990 e empurrou a produção para baixo: - 4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e - 0,9% em 1992. Em 1993, já então sob Itamar Franco, vem a recuperação: a economia cresceu 5,0%¹². No triênio 1990-92, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego na Grande São Paulo, consideradas as médias anuais em porcentagem da PEA, estava, no ano de 1989, em 8,7%; em 1990, subiu para 10,3%; em 1991, para 11,7%; em 1992, para 15,2%. Essa taxa só sofreu uma pequena inflexão em 1993, quando teve uma pequena queda, para 14,6%¹³. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$ 88,55 em 1988 e de US\$ 90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$ 64,22 em 1990, US\$ 62,41 em 1991 e US\$ 65,70 em 1992. De novo, o ano 1993 indica uma recuperação ainda que inexpressiva - o salário mínimo subiu para US\$ 74,33. O rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) também apresentou curva semelhante¹⁴.

Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. Em 1993, todos esses três indicadores iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB em 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa de desemprego – fato indicador de que as empresas aumentaram a produção sem aumentar o pessoal empregado. A recessão 1990-92 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito – se em 1990 um total de 12,4 milhões de pessoas tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu

¹⁰ Perry Anderson, “Balanço do neoliberalismo” in Emir Sader (org.), *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

¹¹ Rachel Meneguello: “Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994”, in Evelina Dagnino (org.), *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994. Ver Tabela 1, p. 155.

¹² *Indicadores DESEP*, 94, Edição do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, São Paulo, 1994, pp. 38-9.

¹³ *Indicadores DESEP*, op. cit., p. 110.

¹⁴ *Indicadores DESEP*, op. cit., pp. 116-7.

para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões. Apesar do refluxo do movimento sindical, os efeitos da recessão sobre o conjunto do movimento popular foram mais complexos, e mesmo contraditórios, como veremos mais à frente.

O último ponto que caracteriza essa conjuntura desfavorável ao movimento sindical combativo foi a rearticulação e a ofensiva do sindicalismo pelego, corporificada na criação da central Força Sindical, que contou com o apoio político e financeiro do governo Collor e de empresários, e à qual o conjunto da mídia deu um destaque e um apoio inauditos¹⁵.

A nova estratégia da CUT: recuo ou capitulação diante da ofensiva neoliberal?

A plataforma de transformações econômicas e sociais que a CUT esboçara nos anos 80 era um programa de ataque, apesar das ressalvas apresentadas anteriormente, às posições conquistadas pelo grande capital monopolista – nacional e imperialista – e pela grande propriedade agrária sob o regime de ditadura militar. Essa plataforma refletia o ascenso político do movimento popular na situação de crise da ditadura militar e sob a Nova República, ascenso corporificado na própria criação e consolidação da CUT, do Movimento dos Sem-Terra, na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e na legalização dos demais partidos de esquerda. O governo Figueiredo fora o governo do recuo tático organizado – a política de abertura, dita de transição democrática – frente à luta democrática e popular. O governo Sarney, por sua vez, foi marcado por idas e vindas e, finalmente, pelo imobilismo. No final da década de 1980, a mudança na conjuntura política tornou aquela plataforma ofensiva irrealista, colocando na ordem do dia a necessidade de elaboração de uma tática defensiva para orientar o movimento sindical. Foi no processo de revisão de tal plataforma que a corrente Articulação Sindical acabou por implantar na CUT uma estratégia sindical nova que faz importantes concessões à ideologia e à política neoliberal.

A consagração eleitoral da plataforma neoliberal e as demais mudanças ocorridas na conjuntura nacional e internacional em 1989-91 colocaram a iniciativa política nas mãos da frente conservadora. A conjuntura impunha um recuo ao movimento sindical, isto é, a concentração da luta na defesa de posições que, se até então pareciam consolidadas, se encontravam agora ameaçadas. Não que fosse necessário o sindicalismo abandonar as palavras de ordem contra o modelo econômico capitalista dependente. Porém, tais palavras de ordem poderiam ser deslocadas, fundamentalmente, para o terreno da propaganda e da agitação. Eventualmente, as circunstâncias de momento, como foi o caso da oportunidade criada e desperdiçada pela campanha do *impeachment* de Collor em 1992, poderiam determinar sua reinserção na esfera da ação prática. Mas, no geral, a intervenção prática do sindicalismo tinha de mudar para uma estratégia sindical defensiva. Era necessário resistir, ponto por ponto, à plataforma neoliberal e à política recessiva a ela associada: assumir, acima de tudo, a defesa dos direitos sociais ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e dos setores da economia nacional ameaçados pela desnacionalização. E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes.

Em vez disso, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou, surpreendentemente, a apregoar que seria necessário abandonar o “sindicalismo defensivo” e “meramente reativo” dos anos 80. E passou, desde então, a defender o que ela denominou “sindicalismo propositivo” (ofensivo?), aquele que, em vez de “apenas se opor e ser contra”, deveria propor “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia, que começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT de agosto de 1990 em Belo Horizonte, saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. Na plenária de Belo Horizonte, criticou-se a estratégia sindical vigente

¹⁵ Vito Giannotti, *Medeiros visto de perto*. São Paulo, Brasil Urgente, 1994, pp. 64-5, 98-105, 123, 136-47, 161,72.

na central chamada de “sindicalismo reativo” ou “defensivo”. A nova estratégia, para Jair Meneguelli, então presidente da central, deveria ser propositiva e participativa¹⁶.

É necessário chamar a atenção do leitor para o fato de que, numa contradição aparente com nossa análise, o IV Concut manteve, no geral, as palavras de ordem já consagradas nos anos 80: não pagamento da dívida externa, reforma agrária, luta contra as privatizações, combate à política neoliberal de Collor etc. Essas palavras de ordem serão reafirmadas na V Plenária Nacional da CUT, realizada em Julho de 1992, quase um ano após o IV Concut¹⁷. Mas houve uma novidade importante no IV Concut: a decisão segundo a qual a CUT deveria, a partir de então, apresentar “propostas para as políticas de abrangência nacional” (política econômica, industrial, habitacional, de saúde, previdência, agrícola, energética, educacional etc.). Essa decisão representou, a despeito da manutenção do discurso contra o modelo econômico, a mudança na concepção e na estratégia da CUT¹⁸.

Baseada na nova estratégia, a CUT produziu documentos com propostas de políticas setoriais e passou a lutar pela constituição de fóruns tripartites – governo, associações patronais e sindicatos – e, particularmente, pela ampliação das câmaras setoriais, caso particular e privilegiado do exercício do sindicalismo propositivo. A estratégia propositiva acoplou-se, por intermédio das câmaras setoriais, à tendência neocorporativa que começou a marcar a ação sindical na base. A estratégia propositiva e neocorporativismo da CUT são, diferentemente do neoliberalismo da Força Sindical que nada mais faz além de repetir e defender a política neoliberal do governo no interior do movimento sindical, um amálgama complexo das concepções práticas de um sindicalismo agressivo no plano reivindicativo, que é tradição na CT, com a ideologia e a política neoliberal¹⁹.

No que concerne à ação política, a nova estratégia abandonou, no fundamental, o confronto com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. A CUT passou a se pronunciar sobre temas colocados na ordem do dia pelo governo, omitindo-se sobre questões de fundo para os trabalhadores, pelo fato de essas questões não fazerem parte daquilo que os neoliberais denominam “agenda política nacional”. No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder. Às vezes, apresenta ao governo propostas visivelmente inaceitáveis para as classes representadas pela equipe governamental, como é o caso da proposta cutista de reforma da Previdência Social²⁰. Alimenta, assim, ilusões quanto à natureza de classe do governo e desvia o movimento sindical da luta contra a política neoliberal. Porém, nas propostas da CUT o que tem predominado é o “realismo político”: procura-se elaborar propostas que possam, no entender da corrente Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder. É a lógica dos fóruns tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão “realista” e “produtiva” com o governo e com os grandes capitalistas.

¹⁶ Meneguelli, em entrevista à imprensa durante a plenária de Belo Horizonte, definiu desse modo a nova estratégia: “É preciso deixar de dizer apenas não e começar a dizer sim, apresentando propostas alternativas”. Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *CUT, ontem e hoje*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 95.

¹⁷ Ver Silvio Costa, *Tendências e centrais sindicais – o movimento sindical brasileiro (1978-1994)*, obra e local citados.

¹⁸ Como é sabido, há uma luta entre duas estratégias no interior da CUT. Desde o Congresso de 1991, a orientação sindical participativa é dominante. Mas a esquerda da central resiste a ela. É fundamentalmente isso que explica a manutenção, no plano das resoluções de congressos e plenárias, de um discurso antimodelo econômico, e mesmo a persistência, após o Congresso de 1991, de ações localizadas de agitação e de luta contra a política neoliberal, como ocorreu em alguns leilões de privatização de empresas públicas.

¹⁹ Essa nova estratégia não foi aplicada por todos os sindicatos e correntes que integram a central. A articulação Sindical tem a maioria na Executiva Nacional da CUT, mas não controla, dada a forma de organização federativa da central, grande parte dos seus sindicatos.

²⁰ Ver *Propostas da Central Única dos Trabalhadores – dignidade e cidadania para quem faz o país*, item “Previdência”. Pp. 5 e 6. Esse documento, elaborado pela Executiva Nacional da CUT e dirigido ao governo FHC, quando esse acabara de tomar posse, é datado de 14 de fevereiro de 1995. No início de 1996, a CUT mudou de posição na questão da Previdência Social. Ver pós-escrito no final deste artigo.

A luta sindical de massa unificada no topo, como aquela das greves nacionais de protesto ou das campanhas contra a política econômica do governo, foi substituída pelo participacionismo. A concepção e a linguagem também mudaram, evidenciando o impacto da ideologia neoliberal no interior da CUT. A concepção dos anos 80 centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre a “classe trabalhadora” e o bloco formado pelo “governo” e “empresários”. Já os documentos da CUT, nos anos 90, passaram a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo, e os trabalhadores. Os documentos da CUT têm ocultado a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não têm mais inimigos, e a CUT pode, agora, aspirar a representar “a sociedade”. A visão liberal da sociedade e da relação desta com o Estado tem dominado, apesar de oscilações e contradições, o discurso da CUT²¹.

Como indicamos, várias propostas “alternativas” da CUT aceitam as concepções e propostas neoliberais. É o caso das propostas de política industrial e de política educacional.

Em documento sobre a política industrial, elaborado em 1994, a Executiva Nacional da CUT parte do pressuposto de que a economia brasileira precisa “reestruturar-se”. A introdução de novas tecnologias, a reformulação dos processos de trabalho, a abertura do comércio exterior, a especialização produtiva e tudo o que vem sendo apresentado como algo inexorável pela política econômica neoliberal é assumido como objetivo da CUT. O documento subordina a esse objetivo as demandas dos trabalhadores:

“O principal desafio de uma nova estratégia produtiva para o país está em tornar compatíveis as necessidades presentes de reestruturação industrial às de reversão das desigualdades sociais e regionais (...).”²².

O crescimento e a reestruturação seriam obtidos através de alguns recursos como o aumento dos investimentos estrangeiros na economia brasileira e os incentivos fiscais e creditícios às empresas privadas.

“É fundamental uma mudança nas relações entre o Estado e os capitais privados baseada na desprivatização dos interesses e patrimônio públicos. Esse princípio pode orientar a adoção de políticas públicas de incentivos (fiscais e creditícios), vinculadas a contrapartidas de desempenho de emprego, de salários, de produção, de investimentos (expansão de capacidade instalada e em inovações tecnológicas) e de preços.”

“Uma nova política de abertura externa: o gradualismo e a seletividade na liberalização das importações.”

“O capital externo ocupa uma posição de destaque no estoque de capitais na economia brasileira, sobretudo nos setores mais dinâmicos, como os complexos químico e

²¹ Essa nova concepção baseada no “tripartismo”, na oposição “sociedade civil/governo” e na omissão da luta de classes aparece claramente no documento citado na nota anterior. Embora fale, em algumas passagens, em nome da “maioria excluída da cidadania”, esse documento é, no geral, marcado pela oposição governo versus sociedade ou, o que dá no mesmo, governo versus sociedade civil. Na página 6, “A CUT defende o fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade civil no controle da gestão desses fundos (os fundos sociais)...”. Na página 7, “... um novo e eficaz instrumento de políticas setoriais no qual a sociedade é formuladora e não mero objeto”. Na página 9, “A integração regional é uma aspiração da sociedade brasileira.” - e assim por diante. O documento da CUT, a partir dessa polarização governo/sociedade, fala, fundamentalmente, em nome da sociedade, não dos trabalhadores. A palavra “trabalhadores” aparece pela primeira vez apenas na terceira página do documento. Somente nas páginas 6 e 8 há referência clara ao favorecimento de grupos privados pela política do governo – quando o documento trata do crédito agrícola e das privatizações. Ou seja, a contradição de interesses de classe no interior da “sociedade civil” aparece apenas lateralmente. Ver *Proposta da Central Única dos trabalhadores – dignidade e cidadania para quem faz o país*, documento citado.

²² Ver *Modelo de desenvolvimento, política industrial e reestruturação produtiva: as propostas da CUT*, p. 13.

metalmecânico e agro-industrial. Isso exige uma diretriz que seja capaz de estimular o capital externo a investir no país e ao mesmo tempo direcioná-lo para um projeto econômico e social. Entretanto, deveriam estabelecer-se contrapartidas em relação a uma série de direitos sociais fundamentais já alcançados em outros países, políticas de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e adoção dos critérios referentes à proteção ao meio ambiente (interno e externo às empresas) similares aos adotados nos países de origem dessas empresas.”²³.

Os incentivos fiscais e creditícios, eufemisticamente denominados “políticas públicas” no documento citado, a abertura do comércio exterior e a política favorável ao capital estrangeiro, nas condições dadas pelo atual bloco no poder e que são as condições no interior das quais pretende intervir o sindicalismo propositivo da CUT, não são compatíveis com a política de distribuição de renda. O capital estrangeiro vem para o Brasil, e para a periferia em geral, para usufruir o baixo custo da mão-de-obra e da inexistência de legislação de proteção ambiental. Se o governo brasileiro alterar drasticamente esses pontos, perderá a concorrência com os demais países periféricos que também querem atrair investimentos estrangeiros.

A proposta de política educacional, lançada em ato público em Brasília pela Executiva Nacional da CUT em agosto deste ano [1996], traz o ambicioso título “Rumo à construção de um projeto educacional para o país”. Nesse documento, a CUT estabelece seu diagnóstico e os objetivos de sua Campanha Nacional em Defesa da Educação. Não defende o ensino público e gratuito como a solução para a educação brasileira. Pelo contrário, estabelece que a rede privada de ensino integra, e deve continuar integrando, o “sistema nacional de educação”. Ou seja, assume como seus os objetivos da política neoliberal para o ensino. Se é verdade que a correlação de forças não permite, numa conjuntura defensiva, lutar pela estatização das escolas particulares, o sindicalismo não está impedido, por causa disso, de denunciar a rede privada e propor objetivos intermediários na luta pela universalização do ensino público. Mas não é isso o que faz o documento da CUT. Esse documento não denuncia as práticas mercantilistas, a má qualidade e a natureza elitista do ensino privado. Não estabelece sequer a necessidade de o governo controlar as mensalidades escolares reajustadas, ilegalmente, ao bel-prazer pelos cartéis das empresas do setor educacional – os sindicatos estaduais das escolas particulares.

Essas propostas de políticas setoriais são importantes porque indicam o impacto das concepções neoliberais no interior da CUT e as razões da omissão do sindicalismo cutista na luta contra o avanço do neoliberalismo. Mas nenhum governo neoliberal do Brasil jamais levou a sério essas e outras propostas “alternativas” que a CUT tem produzido em profusão. O governo FHC abandonou até mesmo a estratégia dos governos Sarney e Collor de encenar a apresentação de propostas de pacto social (ver pós-escrito no final deste artigo). Onde o sindicalismo propositivo e participativo obteve alguma efetividade prática foi nas câmaras setoriais, e mesmo assim de modo muito mais restrito do que os dirigentes da Articulação Sindical esperavam.

O sindicalismo propositivo nas câmaras setoriais

As câmaras setoriais foram apresentadas pela corrente dirigente da CUT como a “salvação da lavoura”: seriam a alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo na década de 90. A experiência não se adequou a essa proposta. Das 26 câmaras projetadas, a CUT obteve a participação em cerca de 14. No final do processo, três lograram estabelecer acordos – a da construção naval, a do setor de máquinas e equipamentos agrícolas e a do setor automotivo. Hoje, todas elas estão esvaziadas. No caso da câmara do setor automotivo, o governo Itamar, por intermédio do ministro da Fazenda Ciro Gomes, proibiu o reajuste mensal de salários, que era um

²³ *Modelo de desenvolvimento, política industrial...*, documento citado, pp. 13-4.

dos dois pontos mais importantes do acordo para os operários. As montadoras, por sua vez, abandonaram a câmara e começaram a demitir – a Ford e a Mercedes demitiram, em um só mês, quase três mil operários. O ponto do acordo que previa crescimento do emprego também se tornou letra morta. O governo e as montadoras ficaram na câmara apenas enquanto era do seu interesse. Apesar disso, a Articulação sindical está reivindicando a reativação das câmaras setoriais. É possível que uma ou outra seja reativada ou ainda venha a ser criada. Mas a experiência parece indicar que, como alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo as câmaras fracassaram²⁴.

Uma referência àquela que foi a câmara setorial mais importante, a do setor automotivo, permitirá ver melhor como o sindicalismo propositivo leva o neoliberalismo para os sindicatos de base da central. A câmara setorial engaja governo, associações patronais e sindicatos de trabalhadores num processo de parceria e de *colaboração* na gestão de problemas pontuais do setor econômico ao qual a câmara se vincula. Discute soluções para os problemas do setor, dentro dos limites impostos pela política de desenvolvimento (neoliberal) definida e implementada, unilateralmente, pelos monopólios e pelo Estado. Os sindicatos assumem a responsabilidade de contribuir para a resolução dos problemas de varejo das empresas, problemas decorrentes da política neoliberal sobre a qual os sindicatos não foram consultados. Trata-se, portanto, de parceria e colaboração entre partes desiguais²⁵.

Na lógica corporativa de funcionamento das câmaras, cada sindicato é levado a propor soluções para o problema do “seu” setor e essas soluções, em pontos fundamentais, colidem com os interesses e propostas dos sindicatos de trabalhadores de outros setores. Exemplificando: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendeu e obteve facilidades para as montadoras de automóveis importarem equipamentos para sua “modernização”, exatamente o oposto do que pretendiam os sindicatos de trabalhadores do setor de máquinas e equipamentos, que pleiteiam a proteção alfandegária para o setor nacional de bens de capital. Ou então, o mesmo sindicato do ABC mobilizou-se para obter a redução de impostos que incidiam sobre o setor automobilístico, agravando o caráter regressivo da estrutura tributária brasileira. Num plano mais geral, instaurou-se, hoje, no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos de diferentes categorias ou de uma mesma categoria por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial. Segundo depoimentos de sindicalistas da CUT, além da “guerra fiscal” entre os estados para atrair investimentos, há uma disputa entre os sindicatos, da própria CUT, na qual o sindicato se compromete a reivindicar menos, em troca de um novo investimento no “seu” município. Além do compromisso da *parceria*, as câmaras alimentam, necessariamente, um *exclusivismo* ou *egoísmo de fração*, insulando os diferentes setores das classes trabalhadoras²⁶.

Por último, as câmaras representam, *vis-à-vis* da estratégia sindical dos anos 80, um retrocesso político, ou um movimento específico de *despolitização* do sindicalismo. Antes a CUT procurava levar os trabalhadores a se ocupar da política de desenvolvimento do Estado no seu

²⁴ Os analistas, como Francisco de Oliveira, Adalberto Cardoso e Álvaro Comin, que sustentaram que as câmaras setoriais tinham futuro, ignoraram as particularidades do capitalismo brasileiro, bem como os interesses e a força das montadoras. Apregoaram que as câmaras setoriais representariam um novo patamar da democracia no Brasil, no qual a relação entre as classes antagônicas caminharia para a convergência de interesses, a burguesia reconheceria a classe operária como “interlocutor legítimo” e o Estado aceitaria democratizar o processo de tomada de decisão sobre a política econômica. Bastou a intervenção do ministro Ciro Gomes, recebida com discreta satisfação pelas montadoras e passivamente pelos sindicatos, para que toda essa expectativa se frustrasse. Ver Francisco de Oliveira, “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”, *Novos Estudos Cebrap*, nº 36, São Paulo, junho de 1993, e de Adalberto Moreira Cardoso e Álvaro Comin: “Caminhos cruzados: o ‘acordo das montadoras’ e as relações de classe no Brasil contemporâneo”, São Paulo, Cebrap, mimeo, 1993.

²⁵ Francisco de Oliveira, Adalberto Moreira Cardoso e Álvaro Augusto Comin fazem a defesa das câmaras setoriais argumentando que elas democratizam o processo de tomada de decisões na elaboração da política econômica. Para tanto, ocultam o papel subalterno dos sindicatos nas Câmaras. Ver os textos citados na nota anterior.

²⁶ Os defensores das câmaras setoriais argumentam que a redução de impostos fez crescer a produção e, desse modo, o montante da arrecadação. Atendo-se ao montante de imposto arrecadado, ocultam o fato de que a renúncia fiscal estabelecida nas câmaras agrava o caráter regressivo da estrutura tributária.

conjunto, hoje o sindicalismo propositivo e de participação circunscreve o interesse político dos trabalhadores às medidas que afetem diretamente o setor da economia no qual estão inseridos.

Esse novo corporativismo, distinto do corporativismo de Estado populista, é, *vis-à-vis* dos trabalhadores, e diferentemente do que sugere a grande maioria dos estudos sobre o tema, uma estrutura de dominação e não uma estrutura de representação de interesses. Esta estrutura *envolve, divide e despolitiza* o movimento sindical. Ela realiza, na base da central, a concepção e a estratégia do sindicalismo propositivo, que orienta a Executiva Nacional da CUT. Veremos que ela representa, também, a legitimação da ideologia e da política neoliberal pelo movimento sindical combativo – porque introjeta nesse movimento pontos fundamentais da política neoliberal, que passa a ser aceita como algo inexorável, e porque desvia o movimento sindical, de maneira bastante adequada ao neoliberalismo, da luta por direitos sociais.

Vejam os trechos abaixo, que enfocam principalmente a relação entre as empresa e os trabalhadores, a relação da economia brasileira com o mercado mundial e o papel do Estado no crescimento industrial, retirados do documento que orientou a intervenção dos sindicalistas de São Bernardo na negociação do primeiro acordo do setor automotivo em março de 1992.

“A Câmara Setorial representa uma alternativa como fórum de discussões amplas, onde, a despeito das inevitáveis divergências de diagnósticos e propostas entre os vários segmentos que compõem o setor, existe a perspectiva de significativos avanços.”

“O aumento da produtividade é fundamental para melhorar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional.”

“Acreditamos que compete a uma nova política industrial, antes de mais nada, bascar-se numa estratégia para o tipo de inserção do Brasil no novo cenário da economia mundial.”²⁷

O agente desse discurso não é a classe operária e tampouco a classe trabalhadora. São os metalúrgicos, pensados como parte funcional de um todo mais importante que é o “setor automotivo”. Nesse todo não há contradições entre interesses de classe, mas apenas “divergências de diagnósticos” entre os “segmentos” que compõe o setor. Em última instância, o agente do discurso é o setor automotivo, e não os metalúrgicos. O adversário ao qual se opõe esse agente é o mercado internacional. A contradição foi expelida para fora do “setor automotivo”. O obstáculo a ser superado pelo setor é a baixa produtividade do trabalho. O projeto pelo qual se luta é a modernização do setor automotivo, modernização cujo objetivo são os ganhos de todos – trabalhadores (salários), empresários (mercados e lucros) e Estado (crescimento da arrecadação pela via da renúncia fiscal que estimula a produção). A ideologia que informa esse discurso sindical é organicista: a unidade de interesses e de ação das classes que compõe o setor automotivo, unidade essa que se dá com a participação no e do Estado – a Câmara Setorial e suas decisões incorporadas à política econômica. Temos aí um tipo de organicismo corporativista²⁸.

No documento *Câmaras setoriais e intervenção sindical*, produzido pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) da CUT, aparece a seguinte justificativa para a política de redução dos tributos que incidiam sobre o setor automotivo:

²⁷ *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro – as propostas dos trabalhadores na câmara setorial*, documento produzido e editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, mar. 1992, pp. 15, 21 e 22.

²⁸ Esse organicismo é distinto daquele que corresponde ao corporativismo populista. O corporativismo de Estado populista é estatista. O Estado tutela o movimento dos trabalhadores justamente para protegê-lo da “sanha exploradora os tubarões”. No neocorporativismo societal e setorial das câmaras, os sindicatos imaginam controlar as decisões do Estado para o “seu” setor. Aspira-se influenciar o Estado, e não a tutela do Estado sobre o sindicalismo. O Estado deve ser posto a serviço do setor, que é um todo homogêneo, e não proteger os trabalhadores numa sociedade atravessada pela contradição entre ricos e pobres. Esse novo corporativismo vem crescendo no Brasil, sem que tenha se desvencilhado da estrutura sindical herdada do populismo.

“A redução de tributos acertada no acordo de curto prazo em março e renovada em julho até o final do ano não resolve o problema da forte incidência de impostos sobre o complexo automotivo, que continua tendo uma carga tributária comparativamente superior à de outros países.”

“Do ponto de vista dos trabalhadores, é preciso reconhecer que a estrutura tributária não só penaliza predominantemente os assalariados como também está fortemente concentrada sobre poucos segmentos industriais, fazendo com que determinados produtos sustentem a arrecadação fiscal do Estado e implicando elevados custos de produção sobre as empresas.”²⁹

Enfim, “do ponto de vista dos trabalhadores” seria preciso protestar contra os custos que os impostos representam para as empresas. Ora, essa é justamente uma das teses da proposta neoliberal: reduzir a carga tributária que incide sobre as empresas para torná-las mais competitivas³⁰. O problema é que essa redução exige eliminação ou restrição de direitos sociais.

O neocorporativismo setorial transforma e adapta a ideologia neoliberal à situação específica das classes trabalhadoras. A hegemonia, como salientou Gramsci, não significa a homogeneização ideológica do conjunto da sociedade. As classes dominadas, ao introjetarem a ideologia hegemônica, não o fazem de modo passivo. Elas transformam e readaptam a ideologia hegemônica à sua condição de vida. Em última instância, o neoliberalismo é contraditório com a própria existência de sindicatos – esses representariam uma intromissão política no livre jogo das forças de mercado. Nesse plano mais geral, sindicalismo neoliberal é uma contradição nos próprios termos. O neocorporativismo tampouco pode ser considerado uma transposição pura e simples do liberalismo para o terreno sindical – corporativismo e liberalismo pertencem a “famílias” ideológicas distintas. Contudo, é através do sindicalismo neocorporativo que o neoliberalismo logra manter a ação reivindicativa dos trabalhadores dentro de limites compatíveis com a hegemonia neoliberal.

Em primeiro lugar, os valores capitalistas de mercado (lucratividade, produtividade, “qualidade”, eficiência) reativados pelo neoliberalismo são assumidos pelos sindicatos, que se colocam a tarefa de co-gerir o seu setor – procuram usar o mercado capitalista a serviço dos trabalhadores do seu setor. Em segundo lugar, a ideologia neocorporativa setorial materializa-se em uma linha de ação sindical que desvia o sindicalismo da luta pela construção de um Estado de bem-estar. De um lado, o movimento sindical é levado a buscar soluções setorializadas, através da livre negociação e da elevação do consumo individual no mercado, para necessidades que, num Estado de bem-estar, seriam atendidas pela manutenção e ampliação dos serviços (saúde, educação, transporte, lazer) e equipamentos públicos. De outro lado, o apoio aos pleitos dos capitalistas de renúncia fiscal e de crédito subsidiado mina a base financeira sobre a qual se assentam os direitos sociais. Tanto num caso como no outro, leva o movimento sindical a legitimar o principal objetivo político da corrente neoliberal em relação às classes trabalhadoras: suprimir e restringir direitos sociais.

De onde vem a força do neoliberalismo?

²⁹ *Câmaras setoriais e intervenção sindical*, Textos para discussão, nº 5, julho de 1992. DESEP/CUT, pp. 5 e 6. Esse texto foi produzido e publicado em plena crise do governo Collor, já no período da luta pelo impeachment. Discutindo a estratégia a ser adotada pelo sindicalismo para enfrentar o “projeto neoliberal”, fala do “confronto propositivo” das câmaras setoriais. Especula sobre a necessidade de uma proposta global da CUT. Não diz nada sobre a crise do governo Collor e a luta pelo impeachment.

³⁰ O documento elaborado pela Confederação nacional da Indústria contra o denominado “custo Brasil” obteve apoio, segundo informações que circulam na CUT, de parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Do mesmo modo que não se pode ignorar a conjuntura defensiva na qual a Articulação Sindical logrou implantar a estratégia sindical propositiva, não se pode também supor que a ideologia neoliberal, por contrariar interesses sociais dos trabalhadores, não consiga difundir-se no meio operário e popular. A estratégia da Articulação Sindical possui bases sociais. Em São Bernardo, as comissões de fábrica apoiam a linha implementada nas câmaras setoriais. Os acordos da câmara foram aprovados, quase por unanimidade, em assembléias de massa. Há alguma coisa no neoliberalismo que, na conjuntura atual, permitiu sua difusão junto às massas. Friso bem, na conjuntura atual: foi essa conjuntura que propiciou as condições nas quais o neoliberalismo se expandiu.

O antiestatismo que domina toda a superfície da ideologia neoliberal tem procurado, nos textos doutrinários e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma “roupagem” popular. A ideologia espontânea das classes dominadas tendem, como mostraram alguns estudiosos, para uma visão “negativa” do Estado³¹. No caso do Brasil, a intervenção do Estado desde a ditadura militar tem se dado de modo a favorecer, fundamentalmente, os monopólios, inclusive a burguesia de Estado que controla os monopólios estatais. O neoliberalismo pode aproveitar-se de tal situação, apresentando a política de privatização e de abertura ao capital estrangeiro como uma política popular – “caça aos marajás”, “fim dos monopólios e dos favorecimentos” etc.³²

Talvez, mais importante ainda, seja o fato de os próprios direitos sociais, que representam uma intervenção do Estado na regulamentação das condições de venda e de reprodução da força no trabalho, poderem ser apresentados como privilégios. Os direitos sociais são parte do direito burguês. O Estado de bem-estar é um tipo particular de política social do Estado burguês. Os direitos sociais podem ser universalistas e igualitários no plano da ideologia, mas a regulamentação e o usufruto de tais direitos comporta, ainda que com variações de país para país, importantes desigualdades. O grau e o tipo dessa desigualdade dependem da natureza e da composição da frente de classes que assegurou a implantação e expansão de tais direitos³³.

No Brasil, onde sequer se chegou a implantar um Estado de bem-estar no sentido rigoroso do termo, o que temos de direitos sociais são garantias muito desiguais e segmentadas – desempregados e empregados “sem carteira” que estão excluídos dos direitos, por oposição aos empregados “com carteira”; trabalhadores de classe média, operariado urbano e trabalhadores rurais, formando três camadas sobrepostas quanto à sua capacidade de usufruir dos direitos sociais; jornada de trabalho legal, aposentadoria por tempo de serviço, montante da aposentadoria, estabilidade, fundo de garantia, acesso à Justiça do Trabalho, todos esses direitos variam de setor para setor (rural/urbano; público/privado), de uma categoria profissional para outra, e assim por diante. Mais recentemente, a terceirização introduziu uma nova segmentação e desigualdade no interior das empresas. Essas desigualdades e essas segmentações não são aleatórias; elas refletem e reproduzem desigualdades sociais e políticas existentes no interior das classes trabalhadoras, nas condições históricas em que se implantaram tais direitos³⁴.

A desigualdade de direitos entre os trabalhadores permite ao neoliberalismo apresentar também essa “intervenção do Estado nas relações econômicas” como outra fonte de privilégios. Privilégio do trabalhador de classe média frente ao trabalhador manual, privilégio do trabalhador do setor público frente ao trabalhador do setor privado, privilégio do metalúrgico do setor automotivo, que conquistara reajuste mensal de salários, frente a todos os demais trabalhadores, privilégio dos

³¹ Alan Badiou e François Balmès, *De l'idéologie*. Paris, François Maspero, 1976.

³² Décio Saes, “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina”. In Evelina Dagnino (org), *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

³³ Gosta Esping-Andersen: “As três economias políticas do Welfare State”, revista *Lua Nova*, nº 24, set. 1991.

³⁴ Falando do caso francês, Suzanne de Brunhoff destaca que o Estado de bem-estar possui “(...) um duplo aspecto: reprodução das desigualdades entre as categorias sociais; atenuação destas na medida em que camadas populares têm acesso a consumos de que se achavam excluídas até agora, e uma insegurança menor em caso de acidentes de trabalho, doença e desemprego. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores é feita ao preço de um compromisso de classe, mantendo a dominação do capital e os privilégios dos mais favorecidos. Compromisso instável por natureza, de maneira permanente e sob efeito das mudanças da conjuntura”. Suzanne de Brunhoff, *A hora do mercado, crítica ao neoliberalismo*. São Paulo, Editora da Unesp, 1991. P. 104.

empregados, frente aos desempregados... A eficácia desse discurso junto à população trabalhadora é reforçada pela existência da estrutura sindical corporativa de Estado que replica a desigualdade de direitos numa estrutura organizativa segmentada em categorias profissionais. Essa é outra forma pela qual o corporativismo de Estado populista tem servido ao neoliberalismo.

Entendamo-nos bem: *essas desigualdades e segmentações existiam antes da ofensiva neoliberal. Foi a conjuntura dos anos 90 que lhes conferiu uma função política nova.* Na verdade, tais diferenciações foram criadas, no Brasil, pelos governos populistas, e serviram, no pós-30, para selecionar bases sociais para o desenvolvimentismo e, desse modo, encurralar política e ideologicamente o liberalismo econômico herdado da República Velha. No momento atual, contudo, a conjuntura é outra. Com o movimento operário e popular na defensiva, marcado por derrotas recentes, pela crise do movimento e do programa socialista e pelo acirramento da concorrência entre os trabalhadores (desemprego tecnológico, ondas recessivas), o neoliberalismo, que como já dissemos é uma reedição do velho liberalismo econômico, pode jogar, apoiando-se nessas mesmas diferenciações, um setor dos trabalhadores contra o outro, lançando no descrédito os direitos sociais no seu conjunto e enquanto tais³⁵.

Além das condições que permitem o antiestatismo neoliberal apresentar-se com uma “roupagem” popular, há também o fato de que as classes trabalhadoras são afetadas de modo desigual pela política econômica neoliberal.

No Brasil, os trabalhadores do setor automotivo estão vislumbrando a possibilidade de perder menos, ou mesmo de ganhar algo, com a política neoliberal. A política econômica do governo e a estratégia das multinacionais têm reservado um futuro para as montadoras instaladas no Brasil. A produção de veículos dobrou entre 1992 e 1994. Apesar da supressão de postos de trabalho nos últimos meses, parece ainda existir a expectativa, entre os sindicalistas, de que tal supressão seria compensada, no médio prazo, pelos novos planos de investimentos das montadoras no Brasil. Algo semelhante se passa com os trabalhadores e sindicatos do setor privado de serviços: educação, saúde, transporte. Não havendo alternativa política ao neoliberalismo, eles são levados, em certas circunstâncias, a prestar apoio, para terem atendidas suas reivindicações, aos interesses privatistas, que concorrem com os serviços públicos de saúde e educação.

É diferente a situação dos trabalhadores do setor público. Ameaçados de dispensas, com salários em declínio e eleitos para desempenhar a função de Judas do neoliberalismo, esses trabalhadores têm uma atitude muito diversa frente à política neoliberal. Mesmo que movidos por interesses estritamente corporativos, o que tem ocorrido muito no setor público, são obrigados a se confrontar com tal política. É por isso que, enquanto o sindicalismo metalúrgico das montadoras tem sido a principal base do sindicalismo propositivo da corrente Articulação Sindical, as correntes de esquerda da CUT têm crescido entre os trabalhadores do setor público.

A política neoliberal não faz concessões aos interesses das classes populares. A experiência das câmaras setoriais está em crise, ou talvez já tenha mesmo fracassado. A ideologia neoliberal só pode constituir uma *hegemonia regressiva*. Por isso, essa ideologia penetra no meio popular através de recursos que, em muitos casos, contrariam seus próprios postulados – o sindicalismo corporativo de Estado, o sindicalismo neocorporativo, a crítica oportunista à desigualdade e ao privilégio, o discurso favorável à melhoria das condições de vida dos trabalhadores pelo livre jogo das forças de

³⁵ O núcleo do neoliberalismo é a crítica à idéia de igualdade socioeconômica, qualificada de utópica, contrária à natureza e destruidora da liberdade. Os neoliberais defendem a desigualdade de riqueza supostamente oriunda do talento e do mercado. Mas, além dessa afirmação de princípios discrepantes dos princípios do Estado de bem-estar, os neoliberais desenvolvem uma crítica interna à proposta desse tipo de Estado, consistente em afirmar que esse Estado leva, ao contrário do que proclamariam seus defensores, a um aumento da desigualdade. Para poder exportar o neoliberalismo às classes populares, é essa parte do discurso neoliberal que a mídia, os políticos e os sindicalistas de direita mais divulgam para o grande público. Nessa linha, Milton e Rose Friedman, num dos textos mais importantes e conhecidos dos pensadores neoliberais, depois de proclamarem seus princípios inigualitários, avançam a tese segundo a qual o Estado de bem-estar concentraria renda, em vez de distribuí-la. Não apresentam dados em apoio a tal afirmação, mas o texto é uma peça literária muito bem elaborada para confundir os trabalhadores. Milton e Rose Friedman, *Liberdade de escolher – o novo liberalismo econômico*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

mercado. O caráter reacionário da política neoliberal e essas contradições ideológicas podem ser explorados pelos socialistas para resistir ao impacto do neoliberalismo no meio popular.

Pós-escrito

Três meses após termos escrito este artigo, um fato novo, e inesperado para a maioria dos observadores, aproximou ainda mais a CUT do neoliberalismo.

A CUT fez um pacto com o governo Fernando Henrique Cardoso para viabilizar as modificações neoliberais que este pretendia implantar na Previdência Social. O presidente da CUT, Vicentinho, tomou a iniciativa da negociação. Após uma breve vacilação, toda a corrente Articulação Sindical, à qual pertence Vicentinho, acompanhou-o, levando junto a CUT. As correntes de esquerda foram derrotadas.

Esse pacto apresenta dois aspectos que merecem um comentário nosso. Ele aprofundou a disputa, no interior do sindicalismo cutista, entre a esquerda, que representa os trabalhadores do setor público, o operariado com menor poder de pressão e os setores excluídos da legislação trabalhista, e a direita, a Articulação Sindical, que representa setores como parte da classe média e o operariado das montadoras, que estão dispostos a apoiar, ainda que criticamente, a plataforma neoliberal. Essa polarização foi acompanhada de um agravamento dos conflitos no interior da corrente Articulação Sindical. Alguns grandes sindicatos ligados a essa corrente entraram em conflito com Vicentinho, pelo fato de suprimir ou ameaçar os direitos de suas bases – foi o caso de vários sindicatos de petroleiros, bancários e professores. Mas, de outro lado, esse é outro aspecto importante desse pacto, abriram-se novas perspectivas para a direita da CUT: o pacto representou um salto de qualidade na história do sindicalismo propositivo. Expliquemo-nos.

A Articulação Sindical encontrava-se sem perspectiva tática desde o fracasso das câmaras setoriais. O Governo FHC mostrava-se infenso a qualquer negociação com o movimento sindical. As inúmeras propostas de “política alternativa” da CUT caíam no vazio. A repercussão, aqui no Brasil, da greve geral francesa contra as mudanças neoliberais da Previdência daquele país e a relutância dos parlamentares, inclusive dos partidos governistas, em aprovar medidas impopulares em ano eleitoral fizeram o governo FHC mudar de postura. Quanto a Vicentinho, pareceu açodado ao ver chegar o momento pelo qual esperara desde que assumiu a direção da CUT em 1994: suspendeu a mobilização sindical já programada para o mês de janeiro [de 1996] e cedeu em tudo na negociação com o governo, assustando, inicialmente, até mesmo seus parceiros políticos da Articulação Sindical. Agora, o Pacto Social da Previdência abriu uma perspectiva nova. No momento em que escrevemos esta nota, a CUT e o governo já falam em preparar novos pactos – em torno das chamadas reformas administrativa e tributária. Se se consolidar essa via, o sindicalismo propositivo poderá ter futuro, e a CUT poderá converter-se no principal apoio da política neoliberal junto aos trabalhadores.

Na negociação da Previdência, a Articulação Sindical aderiu ao neoliberalismo nas palavras e nos atos. Firmou um acordo que *apenas retira direitos dos trabalhadores*, de modo a reduzir o gasto social do Estado e ampliar o mercado da previdência privada em benefícios das instituições financeiras. Abriu mão da proposta cutista de aposentadoria por tempo de serviço, aceitando a aposentadoria por tempo de contribuição - traiu milhões de trabalhadores que não têm, ou que não tiveram em algum período de sua vida laboral, contrato de trabalho registrado em carteira profissional. Abriu mão da proposta cutista de elevação do valor das prestações pagas aos aposentados, aceitando discutir a aposentadoria sem que essa questão, fundamental para que a aposentadoria não seja mera ficção, sequer fosse colocada em pauta - traiu a grande maioria dos aposentados, que recebem a irrisória prestação de um salário mínimo por mês.

A CUT assumiu, também, o discurso neoliberal – divisionista e oportunista – contra os “privilégios”. Manipulou de modo seletivo, e em perfeita unidade com o governo FHC, as desigualdades de direitos, erigindo como alvo de sua crítica as vantagens de trabalhadores de classe

média (aposentadoria especial para jornalistas e professores universitários) e do setor público (pensão de aposentadoria equivalente ao salário da ativa), e “denunciando”, irresponsavelmente, vantagens inexistentes (como a suposta aposentadoria especial, por periculosidade, para as secretárias da Petrobrás). Esse “igualitarismo” foi exibido por Vicentinho, por outros sindicalistas da Articulação Sindical e por Luís Antonio de Medeiros, da Força Sindical, dentro do padrão do discurso neoliberal: fazer discurso contra os “privilégios” para jogar os trabalhadores uns contra os outros, nivelar por baixo os direitos sociais e ocultar os verdadeiros privilegiados – a classe dominante e seus representantes políticos. *Prova disso é que nenhum desses sindicalistas pleiteou qualquer melhoria para a grande massa “desprivilegiada” de trabalhadores ativos e aposentados, e, ademais, todos eles aceitaram um acordo que não tocou nos verdadeiros privilégios existentes, como é o caso da “aposentadoria” de parlamentares e chefes do Poder Executivo.*